

VIDAL, Marciano.  
*História da Teologia Moral de Trento ao Vaticano II:  
Afonso de Liguori (1696-1787),  
o triunfo da benignidade frente ao rigorismo. Parte II: A  
Mensagem.*  
Aparecida: Santuário; Goiânia: Scala, 2022, 488 p.  
ISBN 978-655-5271-81-2

Em 2012, o moralista espanhol, Marciano Vidal, apresentou o primeiro volume de sua *História da Teologia Moral* pelo Editorial Perpétuo Socorro, de Madri. Quando certo editor americano soube tratar-se de um projeto maior, com previsão para 10 volumes, desacreditou da possibilidade física de sua concretização. Dez anos depois, e com 7.200 páginas já publicadas, na iminência do lançamento do 9º volume, o conjunto da obra, de fato, se encaminha para a conclusão.

É desse projeto/coleção que sai agora, conjuntamente, pelas editoras Scala e Santuário, os quatro volumes (mais de 2.000 páginas), do período dedicado ao patrono dos confessores e moralistas: *Afonso de Ligório, o triunfo da benignidade frente ao rigorismo* (originalmente em dois volumes). No total, são 26 seções, divididas em 6 grandes grupos: *Volume 1*: a) a paisagem; b) a figura; *Volume 2*: c) a mensagem; *Volume 3*: d) a moral afonsiana; *Volume 4*: e) a espiritualidade afonsiana; f) visão de conjunto sobre Afonso de Ligório e, no final, para a tradução brasileira, um índice com todas as obras de Afonso, títulos originais, tiragem, traduções já realizadas em português e comentários de Théodule Rey-Mermet, importante biógrafo afonsiano.

O arco temporal da vida de Afonso de Ligório cobre quase todo o século XVIII (1696-1787), período de angustiosa mudança de época que sacudirá, em todas as áreas, as bases organizacionais do ocidente, culminando com a Revolução Francesa e seus desdobramentos. No campo teológico moral, as soluções extremas então propostas para a dúvida de consciência, o rigorismo e o laxismo, tornavam o seguimento de Cristo quase inviável na prática, aumentando a sobrecarga de angústia e servindo, ambos os lados, para instrumentalizações econômicas, políticas e sociais. Partindo de sua experiência religiosa aliada à prática pastoral com os mais abandonados, de quem se constituiu advogado, a proposta de Afonso repropõe a pessoa humana como imagem de Deus e, portanto, livre sujeito de seu convite ao seguimento de Jesus Cristo. Tal respeito, manifestado no que se convencionou chamar “benignidade pastoral” foi, sucessivamente, impregnando a prática católica até ser definitivamente reconhecido quando da proclamação do santo napolitano como “Doutor da Igreja”, em 1871.

Como o próprio Vidal declara na introdução geral, o objetivo da obra é oferecer um balanço, o mais completo possível, do significado histórico de Afonso de Ligório, prometendo ao leitor que, ao final: 1) conhecerá o conteúdo de todas as obras de Afonso; 2) entrará em contato com (quase) toda a produção bibliográfica de temática afonsiana; 3) contará com uma biografia completa da obra principal de Afonso, sua *Theologia Moralis*, analisada com o método original que o autor denomina de *método sociobiográfico*; 4) em poucas obras o leitor encontrará análise tão minuciosa sobre *o pensamento moral de Afonso* e história tão detalhada de sua *recepção*, sentindo-se feliz o autor por ter cunhado neologismos de ampla recepção: *liguorização* da moral católica e *benignidade* pastoral; 5) alguns leitores se sentirão mais satisfeitos com determinados conjuntos temáticos: a ampla exposição sobre *a espiritualidade afonsiana*, a análise da *experiência familiar* de Afonso, a apresentação de *sua formação civil e eclesiástica* ou a descrição da *trajetória biográfica* do santo napolitano, onde será apresentado o Afonso *escritor*. 6) em poucas obras gerais poderá dispor de tantos conhecimentos necessários para avaliar a contribuição de Afonso aos vários campos do *saber teológico*: teologia bíblica, teologia da história, teologia dogmática e apologética.

Como se vê, Marciano Vidal não usa a palavra, mas bem se pode chamá-la *enciclopédia* da moral do século XVIII e da contribuição afonsiana: *pastoral*, na medida em que oferece material atualizado para as raízes históricas de várias questões que persistem na reflexão atual; e *formativa*, guiando os que adentram à história da teologia moral e ao pensamento do santo napolitano e sua contribuição às vicissitudes da prática teológica de sua época. Um outro aspecto, bastante original, é a insistência na localização espaço-temporal do personagem e das questões. De fato, mais que de contexto, pode-se falar de diálogo entre as várias esferas institucionais da sociedade civil e religiosa, permitindo uma visão bastante abrangente também do que se convencionou chamar “história das ideias”. Este, por sua vez, constitui um ganho perceptível ao leitor já desde as primeiras páginas.

O segundo volume, ora apresentado, é inteiramente dedicado à terceira grande parte (C) do estudo, ou seja, “A Mensagem: Em confronto com Iluminismo, Racionalismo, Jurisdicionalismo, Jansenismo e Probabiliorismo”, e abrange as seções de 8 a 13. Agora o autor retorna ao contexto napolitano para apresentar uma história das ideias filosóficas, jurídicas e teológicas em confronto com Afonso. Vidal explica a palavra “confronto” como dinamismo “que comporta diálogo, realizado na tensão, e que conduz ao enriquecimento mútuo mediante afirmação (assumir) e negação (oposição)”, ou seja, “os grandes desafios de sua época: culturais (iluminismo), sócio-políticos (jurisdicionalismo), filosóficos (racionalismo), religiosos (jansenismo), teológicos (probabiliorismo), foram submetidos à reflexão e confronto por Afonso. Desse amplo, tenso e custoso trabalho, surgiu a Mensagem – também ampla e fecunda – de Ligório” (p. 56). Na relação com o Iluminismo, a pergunta é se Afonso foi um santo “do” Iluminismo

ou “no” Iluminismo. Para Vidal, a moral afonsiana está situada na direção do Iluminismo, enquanto, globalmente, a “atitude de Afonso não é frontalmente contrária ao espírito do Iluminismo, mas, tampouco, trabalha com os ideais iluministas” (p. 108). Sua opção é por um Iluminismo do coração (sem endeusamento da razão) e para o povo (popular), por isso, “há aspectos que, logicamente, estão ‘desatualizados’ em si mesmos, mas há outros cuja desatualização nasce de nosso presente, aburguesado e carente de radicalismo no seguimento de Jesus” (p. 113), contudo, “Afonso não fez nenhuma concessão aos filósofos modernos. De Descartes a Locke, passando por Spinoza, Bayle e Hobbes; de Rousseau a Voltaire, atravessando todos os filósofos das *Lumières* francesas: Afonso não salva ninguém” (p. 161). Para o juridicualismo, por sua vez, “a Igreja representava a velha ordem de ideias e práticas e o Estado tentava aderir às ideias e práticas defendidas pela razão política iluminista” (p. 190), contexto em que, “apesar de não ser anticurialista, Afonso defendeu, em certo sentido, um sadio juridicualismo” (p. 238).

Na sequência, a seção 11 apresenta oito capítulos dedicados à análise do Jansenismo tardio do século XVIII e a resposta de Afonso de Ligório. O jansenismo foi uma corrente tipicamente francesa que constituiu fenômeno amplo e profundo na Igreja católica, com três vertentes principais: teológica, eclesial e política, de orientação rigorista contrária ao probabilismo jesuíta. Teve decisiva influência na supressão da Companhia de Jesus (1773) e chegou a defender também a supressão da ordem dominicana (1783), constituindo “um dos principais contextos ideológicos em que precisa ser situada a figura de Afonso e com o qual se confronta” (p. 251). Vidal apresenta um plano de estudos sobre o assunto partindo do jansenismo tardio na Europa, passando pelo jansenismo na Itália e chegando, finalmente, ao jansenismo napolitano.

As diversas condenações havidas no séc. XVII não solucionaram o problema do jansenismo, extrapolando, em muito, os limites do debate teológico: “Nos ambientes civis, os jansenistas contaram com o apoio dos galicanos, a quem não agradavam os jesuítas e que eram contrários às intervenções do papado nos assuntos internos da França” (p. 257). Sua influência se estendeu para a Holanda, onde chegou mesmo a formar uma igreja separada de Roma, e para a península ibérica: “Ser iluminista na Espanha do séc. XVIII trazia consigo ser jansenista” (p. 271) e foi marcado pela oposição aos jesuítas, pelo juridicualismo e regalismo, e pela ânsia de reformas.

No contexto português, o jansenismo ganha força depois da expulsão dos jesuítas (1759), apresentando nomes como: Ignácio de São Caetano, Antônio Soares Barbosa, diversos bispos, oratorianos (entre os quais destaca-se o Pe. Antônio Pereira de Figueiredo, cuja tradução da vulgata continua no mercado até hoje), de modo que “na segunda metade do séc. XVIII, a vida eclesiástica e eclesial de Portugal se achava marcada pelo rigorismo de sabor jansenista” (p. 278). No caso do Brasil, destacam-se os bispos D. Manuel da Ressurreição (São Paulo), D. Antônio do Desterro Malheiros (Rio de Janeiro), D. Francisco Xavier

Aranha (Pernambuco), D. Antônio de Pádua (Maranhão). “As sensibilidades religiosas de sabor jansenista e as orientações morais rigoristas perduraram no catolicismo brasileiro até boa parte do séc. XIX, como deixa claro um estudo sobre a atuação pastoral do bispo vicentino D. Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875), na diocese de Mariana (1844-1875) ...” (p. 280). O estudo citado para o jansenismo no Brasil foi publicado como livro (MELO, A. J. de. *Jansenismo no Brasil*. Traços históricos de uma Moral rigorista. Aparecida: Santuário, 2014). Além de Dom Viçoso, colaborou para a mudança, D. Manuel do Monte Rodrigues Araújo (Rio de Janeiro), autor de um *Compêndio de Moral* que substituiu a Teologia Lugdunense que, por sua vez, havia substituído a jesuítica (Busenbaum). Outro importante sinal de mudança foi a tradução e publicação do “*Compêndio da Teologia Moral de Afonso de Ligório*”, redigido em italiano por José Frassinetti, por ordem de Dom Viçoso, que também mandou traduzir obras morais de Santo Afonso destinadas ao clero rural (*Il confessore diretto...*).

Quanto ao jansenismo tardio na Itália, pode-se falar, não de “preocupações teológicas, mas, essencialmente, disciplinares, em matéria sacramental e no plano institucional-eclesiástico e, em geral, a formidável estruturação canonística” (M. Rosa) (p. 288). Foram vários os núcleos de irradiação: romano, piemontês, veneziano, lombardo e toscano, sendo a contribuição tipicamente italiana o famoso “sínodo de Pistoia” (1786), a “última aventura do jansenismo”, com nomes importantes como Pedro Tamburini,

Já o jansenismo napolitano assumiu aspirações sociais, desembocando em movimentos de caráter liberal, com seguidores representativos entre o episcopado, e muito inclinado aos ideais do anticurialismo, regalismo e jurisdicionalismo, bem como, do antijesuitismo.

Como balanço, constata-se vários jansenismos unidos por algumas características: procurava enfraquecer as devoções populares, restringir o acesso à Eucaristia, aplicar o rigorismo nas confissões e no ensino da Teologia Moral. Como pontos positivos, é possível constatar que buscavam uma piedade mais evangélica, apoiavam o discurso sobre as fontes bíblicas, valorizavam a experiência da igreja primitiva, davam importância ao leigos... “embora pretendesse uma renovação da Igreja fora da Igreja” (p. 337). Na sequência, é apresentada a figura de Afonso de Liguori em relação ao jansenismo e analisadas suas respostas às questões da economia da graça (tema teológico que Afonso melhor estudou: meio da oração), sacramentos (comunhão frequente), eclesiologia, pensamento teológico-moral (benignidade pastoral) e formas de piedade.

A seção 12 é inteiramente dedicada ao “reinado do probabilismo nos séculos XVII-XVIII” responsável pela implantação do rigorismo moral na vida eclesial, particularmente ligado à ordem dominicana (Concina, Cuniliati, Patuzzi)

cujos pressupostos básicos são dois: 1. A lei está acima da liberdade; 2. É preciso seguir a via árdua para assegurar a salvação. (p. 367).

Por fim, a seção 13 completa o tema do volume, “Mensagem”, com oito capítulos sobre a teologia afonsiana: 1) Contexto e identidade da teologia afonsiana (regalismo na concepção do direito; augustinismo nas abordagens teológicas da graça e da salvação; rigorismo em moral; criticismo na forma de entender a prática da espiritualidade. 2) A Bíblia no mundo teológico de Afonso (“embora sejam belas e valiosas as descrições da Paixão feitas por alguns santos, uma página da Sagrada Escritura vale mais que cem ou mil contemplações e revelações”; 3) A área da teologia fundamental e controversística (o Papa e o Concílio); 4) A imagem de Deus na tradição afonsiana (benignidade e proximidade); 5) A cristologia afonsiana (cristocentrismo soteriológico); 6) A mediação de Maria. O “rosto feminino e materno” de Deus; 7) Teologia da história, Escatologia – “uma das páginas mais belas da literatura religiosa de Afonso” - e Ecologia; 8) Obras de erudição histórico-teológica (História das Heresias, dos Mártires, dos primeiros redentoristas).

Como se vê, também neste segundo volume estamos diante de um estudo de fôlego sobre a história da teologia moral em um de seus séculos mais complexos, na medida em que as demandas propostas pela modernidade já não podem ser ignoradas e, ao mesmo tempo, as diversas soluções apresentadas, o rigorismo e o laxismo, não conseguem responder à angústia provocada pela dramática mudança de época que caracterizou o “século das luzes”. Vidal acerta em apresentar a mensagem de Afonso de Liguori completamente inserida e em diálogo com seu contexto e, nesse sentido, o volume em questão serve de modelo para a localização histórica de personagens e problemas que, sem as coordenadas sincrônica e diacrônica propostas na introdução, perdem concretude e objetividade, prestando-se, quase sempre, a distorções das mais diversas espécies. Na obra apresentada, o contexto não é pretexto nem pano de fundo, é diálogo complexo e ambiente vital para mensagem (subtítulo do volume) que, por sua vez, emerge com vivacidade e atualidade.

***Claudiberto Fagundes***

Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre / RS – Brasil

E-mail: claudiberto@yahoo.com.br

Recebido em: 30/07/2022

Aprovado em: 21/03/2023